

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
SETOR DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – SEAI
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA**

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2010 – 2012

CRICIÚMA, 2010

REITOR

Prof. GILDO VOLPATO

VICE-REITOR

Prof. MÁRCIO ANTÔNIO FIORI

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^a. ROBINALVA BORGES FERREIRA

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Prof. RICARDO AURINO DE PINHO

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Prof. DORIVAL GIASSI

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

REPRESENTANTES DOCENTES:

Prof^a. ÂNGELA CRSTINA DI PALMA BACK – PROPEX

Prof. EVÂNIO RAMOS NICOLEIT – UNA CET

Prof^a. LUCIANE BISOGNIN CERETA – UNA SAU

Prof^a. MARIA VALKIRIA ZANETTE – UNA HCE

Prof^a. NEIDE INÊS GHELLERE DE LUCA – PROGRAD

Prof^a. ROSANE DEOCLÉSIA ALÉSSIO DAL TOÉ – UNA CSA

REPRESENTANTES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS:

JANIR DE QUADRA PAIM – PROAF

LORETE TASCA MARCOS – SERCA

VALÉRIA TREVISÓ – SEAD

REPRESENTANTES DISCENTES:

FILIFE CRISTIANO CONSTANTE – DCE

RAFAEL GOULART – DCE

FANCISCO CARLOS MELLO MARTINHAGO – DCE

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE EXTERNA:

ANÉSIO LUIZ DE SOUZA – BAIRRO DA JUVENTUDE

IRAIDE PIOVESAN – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CRICIÚMA

HENRIQUE VARGAS – CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CRICIÚMA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2 JUSTIFICATIVA	6
3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS, OBJETIVOS ...	9
3.1 Objetivo Geral.....	13
3.2 Objetivos Específicos.....	13
4.1 Indicadores e critérios de qualidade	16
4.1.1 Indicadores Básicos.....	17
5 CRONOGRAMA DAS AVALIAÇÕES INTERNAS	20
5.1 Cronograma da Coleta de Dados (aplicação dos instrumentos)	20
5.2 Cronograma de Elaboração do Relatório	20
REFERÊNCIAS	21

1. INTRODUÇÃO

A UNESCO tem em seu Estatuto a missão de **“Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”**¹.

Ainda segundo o seu Estatuto, no art. 7º, a UNESCO tem como objetivos:

I - Promover a educação integral, a profissionalização e a formação do cidadão.

II - Desenvolver Ciência, Arte, Cultura, Tecnologia e Inovação em benefício da sociedade.

III - Promover a preservação do meio ambiente e a valorização de relações humanas que visem o desenvolvimento sustentável da sociedade.

VI - Socializar os conhecimentos gerados na Universidade, por meio de programas e projetos comunitários, cursos e serviços.

V - Criar, promover e disseminar, inclusive por meio de televisão, radiodifusão, e outros meios de comunicação, a cultura, em suas diferentes modalidades, disponibilizando-a à toda sociedade, respeitando e valorizando as características regionais.

VI - Exercer a criticidade em relação a si própria e ao contexto onde está inserida, participando da formação e orientação da opinião pública.

VII - Buscar a excelência nos serviços prestados.”

Segundo os documentos oficiais da UNESCO e inclusive o seu Projeto-Político Pedagógico (PPI), a meta fundamental da Universidade é desenvolver ações educativas, no sentido de contribuir para o desenvolvimento regional, de maneira que promova a melhoria da qualidade do ambiente de vida do ser humano em suas múltiplas dimensões: individual, social e planetária.

Um desenvolvimento ecologicamente sustentável, respeitando as diversidades individuais e culturais, possibilitando a construção de uma sociedade justa, democrática e solidária, centrada no ser humano e fundamentada nos princípios éticos, contribuindo para a formação de um sujeito empreendedor,

¹ Resolução. n. 07/2006/CONSU, Arts. 4º e 5º

comprometido com a preservação do planeta e atuante na transformação da realidade social²

Conforme estabelece o PPI, construído coletivamente pelos integrantes da comunidade acadêmica, para cumprir com sua missão e seus objetivos, a UNESCO busca consolidar-se como uma universidade aberta, comunitária, democrática e participativa. Procura comprometer-se com o desenvolvimento sócio-econômico regional, preocupada em formar profissionais capazes de atuar como agentes de transformação para uma sociedade justa, democrática e solidária, centrada no ser humano e fundamentada em princípios éticos. Nesse sentido a UNESCO defende os seguintes valores:

- Formação e profissionalização de cidadãos íntegros, em todas as dimensões: espiritual, mental, física e cultural, para atuar em todas as áreas e, em especial, na educação básica;
- Participação, com atitude pró-ativa na sociedade, propondo e mediando os projetos sociais, empresariais e comunitários, que estejam a serviço da preservação e manutenção da vida;
- Produção, disseminação e utilização de tecnologias que contribuam para a preservação e manutenção da vida do homem e do planeta;
- Transparência, honestidade e seriedade na gestão democrática e participativa;
- Respeito às diferenças individuais e à liberdade de expressão política, filosófica, religiosa e cultural;
- Respeito à família nas suas mais diversas formas de constituição;
- Relações interpessoais éticas, pautadas pelos princípios da compreensão,
- Solidariedade, cooperação e compromisso com o bem comum (Projeto Político-Pedagógico da UNESCO, Marco Referencial).

Importa, pois, termos consciência de que a concretização de objetivos, princípios e valores só será garantida com um processo de autoavaliação contínua e eticamente comprometido com o fortalecimento da missão universitária junto à sociedade em que se insere.

² Projeto Político-Pedagógico Institucional/2001.

2 JUSTIFICATIVA

A Autoavaliação Institucional é um processo dinâmico e tão complexo, quanto é a realidade sociopolítica, econômica e cultural em que a UNESCO está inserida. É um contexto social repleto de contradições, de aceleradas mudanças, fazendo com que as novas descobertas e conquistas, de modo geral, tornem-se efêmeras e passageiras. Nessa realidade marcada pela transitoriedade e pelo clima de dúvidas e incertezas, encontram-se os grandes desafios impostos à educação/formação do ser humano, como sujeito histórico e consciente de sua capacidade de transformar e ao mesmo tempo ser transformado pelo seu ambiente de vida.

Em busca das melhores respostas às questões emergentes dessa complexidade sociocultural e educacional, o processo de Autoavaliação da UNESCO não pode ficar estagnado. É um processo dinâmico e contínuo que se procura renovar constantemente a fim de adequar-se, não só aos métodos e instrumentos, mas, acima de tudo, em relação a sua intencionalidade. Nesse sentido, torna-se um instrumento de mediação para vislumbrar ações inovadoras que fortaleçam a concretização de sua Missão.

Em outro viés, e parafraseando Sguissardi (2006), a autoavaliação não vem para atender pura e simplesmente às legislações existentes (SINAES), nem tão pouco para fortalecer um mecanismo de controle estatal ou de mercado. A autoavaliação tornou-se uma exigência inerente a todo processo de desenvolvimento, pois a Universidade como instituição comunitária, hoje, mais do que nunca, sente-se altamente desafiada a concretizar qualitativamente sua função social.

Imersa nessa gama de desafios constantes, repensar o projeto de autoavaliação institucional torna-se uma necessidade emergente do próprio processo de autoavaliar-se. A dinamicidade investigativa que o caracteriza deve ser uma constante, na busca de melhor qualificar a gestão universitária, bem como as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UNESCO, interagindo com a sociedade que a circunda.

Com o objetivo de efetivar essa investigação avaliativa, em função das novas diretrizes do governo federal relacionadas ao ensino superior e, atendendo aos

imperativos legais estabelecidos pelo SINAES, a UNESCO instituiu, em junho de 2004, a primeira Comissão Própria de Avaliação - CPA.

De acordo com a Resolução da Reitoria nº 02/2004, alterada pela Resolução nº 01/2005 e, posteriormente, pela Resolução nº 29/2008/CONSU, em seu art. 2º, a CPA tem como funções:

- I. Avaliar os processos e resultados da Avaliação Institucional que comporão o relatório da autoavaliação institucional.
- II. Analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes.
- III. Elaborar relatório de auto-avaliação institucional.
- IV. Formular propostas para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades institucionais, com relação ao ensino, pesquisa, extensão e gestão.
- V. Sistematizar e prestar informações a serem remetidas ao INEP, CONAES e/ou CEE/SC.

Nas diretrizes (MEC/CONAES,2004) para a Avaliação das Instituições de Educação Superior do Ministério da Educação (2004), consta que a composição da CPA deve oportunizar a participação de todos os segmentos que constituem a universidade e, também, da sociedade civil organizada. Essa composição se faz necessária para que a CPA possa assegurar sua legitimidade, não só junto à comunidade acadêmica, mas, também, à sociedade.

Em atendimento a essa prerrogativa a UNESCO definiu em seu regulamento aprovado pela Res. nº 29/2008/CONSU, em seu art. 5º, que a CPA será composta por:

- I. 06 (seis) docentes titulares e um suplente;
- II. 03 (três) técnico-administrativos titulares e um suplente;
- III. 03 (três) discentes titulares e um suplente;
- IV. 03 (três) representantes da Sociedade Civil Organizada e um suplente.

Durante o ano de 2004, o trabalho da Comissão concentrou-se na realização de eventos (encontros, reuniões) com a Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias, setores e demais órgãos da Instituição, para discutir a necessidade e a importância de se construir um novo projeto de autoavaliação, de acordo com as diretrizes do SINAES. A cada setor da universidade coube elaborar sua proposta. Esse procedimento foi adotado, considerando a importância do conhecimento dos integrantes desses órgãos

instituídos em relação as suas dificuldades e potencialidades, relevantes na construção deste projeto de autoavaliação.

Com base no primeiro projeto foram elaborados dois relatórios de Autoavaliação Institucional, enviados ao Conselho Estadual de Educação (CEE/SC). O primeiro constando o balanço crítico das ações institucionais, desenvolvidas no período entre 2004 – 2006 e o segundo no período entre 2007-2009.

Os resultados do primeiro relatório foram amplamente divulgados, especialmente entre os segmentos internos da universidade. O segundo está na fase de divulgação. Esse processo tem sido altamente significativo para o fortalecimento cultural de uma avaliação contínua e processual na UNESCO. Foram perceptíveis os avanços conquistados em diversos aspectos, quando os resultados do segundo balanço crítico feito em 2009 foram confrontados com os obtidos no primeiro, em 2006.

Partindo dessa percepção, a CPA e o Setor de Avaliação Institucional (SEAI) - por agirem de forma integrada - reafirmam na reelaboração desse projeto a concepção, os princípios e os objetivos essenciais da Autoavaliação da UNESCO, descritos em sua primeira versão, por estarem em consonância com as orientações da CONAES/INEP. Na sequência, descrevem-se a concepção e os objetivos da autoavaliação, os procedimentos a serem utilizados na pesquisa, os indicadores e critérios de qualidade, o cronograma da coleta dos dados e da elaboração do relatório da análise crítica, com indicações das ações a serem replanejadas ou implementadas a fim de se concretizarem as melhorias necessárias.

3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS, OBJETIVOS

A UNESCO concebe a Avaliação Institucional como um processo contínuo, reflexivo e permanente de autoconhecimento, visando aprimorar a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Não se trata de uma avaliação que vise a dominação, pura classificação, punição ou premiação. Busca-se uma avaliação diagnóstica e mediadora para fins de planejamento, revisão e orientação de ações inovadoras, bem como para perceber o grau de distanciamento ou proximidade existente entre os objetivos propostos e a prática estabelecida no cotidiano institucional. Enfim, é um processo importante que a Universidade deve desenvolver para subsidiar a efetivação de sua missão e de seus objetivos.

Concordando com Isaura Belloni (2000, p. 51), concebemos a avaliação institucional como um processo vinculado ao compromisso social da educação. Nessa perspectiva, avaliação é “um processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição em face de sua missão científica e social.” A mesma autora identifica duas tendências de avaliação de Ensino Superior (IES), implementadas no Brasil a partir da década de 1980: “uma voltada mais para o controle e hierarquização entre instituições; a outra voltada para a identificação das insuficiências e das potencialidades de instituições e do sistema, com vistas à melhoria e mudança em seu funcionamento” (BELLONI, 2000, p. 41)

Em uma perspectiva mais pragmática, Trigueiro (2004) discute a importância da avaliação institucional e do planejamento estratégico como processos necessários a redefinição das estruturas e modelos de gestão das instituições de educação superior do país. Destaca, também, que “a cultura acadêmica, sua tradição, seus valores e sua dinâmica de funcionamento configuram elementos próprios das IES e não se reduzem a outras organizações contemporâneas, a exemplo de empresas privadas e demais instituições do setor público” (TRIGUEIRO, 2004, p. 14). Assim, inovar em qualidade e planejamento da gestão em busca de maior eficiência e eficácia das IES não significa limitar-se às necessidades imediatas da burocracia moderna.

Dentre alguns problemas que impossibilitam a consolidação de uma cultura de avaliação institucional, Trigueiro (2004, p. 14) destaca a possibilidade de ela ser

confundida ou se perder entre “montes de relatórios técnicos e descritivos, pouco interpretativos [...]”. De modo geral, esses relatórios são caracterizados por uma tendência puramente quantificadora, que desconsidera a questão qualitativa, imprescindível para o alcance da finalidade a que se propõe.

A fim de superar essa e outras dificuldades, faz-se necessário dar continuidade e fortalecimento às discussões e produções coletivas. A avaliação assim concebida possibilita atenuar a cultura individualista e fragmentada das ações desenvolvidas institucionalmente. A participação efetiva dos envolvidos nesse processo é capaz de tornar a avaliação, *uma forte aliada* na trajetória que busca efetivar sua função de Universidade Comunitária (FERRAZ E MACEDO, 2008). Sentindo-se sujeitos nesse processo, todas as pessoas ou segmentos envolvidos irão sentir-se motivados e conscientes da real função da autoavaliação, capaz de identificar o que é preciso mudar, assegurando um desempenho superior ao já existente, visando a melhoria das atividades desenvolvidas pelos setores da universidade.

Nesse sentido, Cavalieri, Macedo-Soares e Thiollent (2004) reafirmam a necessidade de um trabalho coletivo, uma vez que um bom sistema de avaliação só se torna válido quando aceito pelo conjunto dos indivíduos ou grupos aos quais ele se aplica, direta ou indiretamente. Deve ser o mais transparente possível, assegurando a publicação dos resultados obtidos, proporcionando debate, reflexões e o compromisso de gerar condições para que, de forma consciente, ocorram mudanças qualitativas.

Avaliações bem concebidas e realizadas com a participação ativa das comunidades envolvidas podem fornecer relevantes subsídios para diferentes modalidades de planejamento, em particular quando se trata de redesenhar o futuro de determinadas atividades universitárias. (THIOLLENT 2004, p. 99)

Torna-se, pois, imprescindível ter-se consciência de que toda avaliação implica uma comparação entre o real e o ideal. Sendo assim, a avaliação vem para investigar uma dada realidade a ser diagnosticada, sobre a qual serão tomadas decisões que busquem melhorias qualitativas, visando o alcance das metas e finalidades propostas. Nesse processo, diagnosticar significa comparar os resultados obtidos em uma realidade a ser transformada, ou seja, os fatos que acontecem hoje

com os dados que dizem respeito às expectativas e intenções do grupo atuante, com relação a determinado objeto ou realidade a ser construída.

Além de ser uma ação inerente ao processo de desenvolvimento institucional, a Autoavaliação da UNESCO está em consonância com as exigências legais do INEP, fazendo parte do sistema de educação superior do país a fim de obter os certificados de autorização de funcionamento, credenciamento e reconhecimentos. Concordando com os autores citados anteriormente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES concebe a idéia de que autoavaliação deve ser permanente visando:

[...] produzir conhecimentos, pôr em questão a realização das finalidades essenciais, identificar as causalidades dos problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com o entorno social e a comunidade mais ampla, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e seus produtos, prestar contas à sociedade, justificar publicamente sua existência e fornecer todas as informações que sejam necessárias ao conhecimento do Estado e da população [...]. Neste sentido, os processos de auto-avaliação devem ser permanentes, isto é, devem constituir-se em uma cultura internalizada nas estruturas e nas ações institucionais. (SINAES, 2006, P. 106)

Trata-se, pois de um movimento que, tendo por base a análise crítica sobre o presente e o passado, aponta necessidades de transformações contínuas e processuais, com vistas a uma perspectiva de futuro, em que as melhorias sócio-econômicas e culturais, efetivem-se de forma produtiva e integradora. A Autoavaliação da UNESCO fundamenta-se e busca se fortalecer em princípios tais como:

- **Participação** - manter a atual prática de se construir coletivamente os procedimentos do processo de avaliação com a comunidade acadêmica de modo a facilitar a aceitação de seus resultados e as decisões a serem tomadas em sua decorrência.
- **Avaliação global** – todos os sujeitos envolvidos no processo avaliam e são avaliados: gestores, coordenadores, docentes, discentes, funcionários técnico-administrativos e agentes externos; a avaliação traz consigo a idéia de integração das partes que constituem a UNESCO, construindo um olhar mais amplo e dando maior consistência e coerência à sua missão e finalidades.

- **Legitimidade** - sustentada não só por sua legitimidade em relação aos procedimentos metodológicos e a utilização de instrumentos corretamente elaborados e adequados, mas, principalmente pela participação dos envolvidos. A legitimidade do processo também está fundamentada em uma metodologia interativa, em que se fazem presentes valores como: ética, solidariedade, compromisso com a qualidade do conhecimento e respeito à pluralidade, constituindo-se em um processo democrático com espaços sociais de contínua reflexão.
- **Identidade institucional** – o processo avaliativo busca cumprir as normas, critérios e indicadores oficiais definidos pelo SINAES, mas ao mesmo tempo, respeita a história, a cultura construída ao longo de sua existência. Apoiada nesses parâmetros, a UNESCO busca por meio desse processo de autoavaliação, construir e/ou tomar conscientizar-se de sua identidade, fazendo a diferença na realidade em que se insere.
- **Formativa ou mediadora** – os resultados da avaliação institucional não devem ser usados para fins puramente classificatórios, de punição ou premiação. Devem, sim, serem concebidos como meio de autoconsciência, em que os grupos e os indivíduos percebem suas forças e fraquezas e assim possam reelaborar ou renovar suas metas em consonância com a missão e os objetivos institucionais.
- **Continuidade** – a avaliação institucional deve ser um processo contínuo e permanente, uma vez que seus resultados implicam em mudanças nos planejamentos institucionais, dos cursos e setoriais, a curto, médio e longo prazo, visando melhorias e emancipação.

Conscientes de que esses princípios norteadores do processo avaliativo, não esgotam as possibilidades de outros tantos permearem nossas ações, pois a complexidade que as constituem é de natureza inacabada como inacabado é o ser humano em sua plenitude. Contudo, é importante que fundamentemos nossa práxis, e tenhamos clareza de onde estamos partindo e o que queremos alcançar. Nesse sentido é que definimos os objetivos desse projeto.

3.1 Objetivo Geral

Avaliar as ações desenvolvidas pela instituição em consonância com a legislação e orientações do CEE³ e CONAES, por meio de um processo de reflexão-ação-reflexão, e apoiada na legislação e orientações do CEE e MEC, fornecendo subsídios para tomada de decisões em busca da consolidação da missão da UNESC.

3.2 Objetivos Específicos

- Buscar subsídio para fortalecer a missão Institucional, tendo em vista a necessidade de constante atualização do PPI, PDI e PPCs, suas políticas, seus programas, projetos e ações no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e dos processos de gestão;
- Manter atualizada uma base de dados, servindo de subsídio para os processos permanentes de avaliação e planejamento da Institucionais;
- Disponibilizar informações que possam contribuir para reflexão-ação-reflexão, visando o aprimoramento da qualidade do processo de ensino, pesquisa e extensão e gestão administrativa;
- Oferecer ao corpo discente e docente indicadores de qualidade voltados para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem;
- Avaliar as ações de responsabilidade social da Instituição;
- Avaliar regularmente as condições de infraestrutura da universidade e a qualidade dos serviços prestados;
- Desenvolver formas de a comunidade externa, com a participação de egresso, sociedade civil, escolas, autoridades públicas e outras, avaliarem a UNESC.

Estes objetivos definem com mais clareza o que pretendemos alcançar com processo Autoavaliação da UNESC. Contudo, concordamos com Esteban (2004) ao

³ Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

destacar que os objetivos em um processo de avaliação diagnóstica devem ser sempre temas de reflexão pelos envolvidos, pois são considerados mutáveis, contextuais e éticos, condizentes com as concepções defendidas pelas políticas e finalidades institucionais. Em outras palavras, temos consciência que no decorrer do processo de avaliação haja necessidade de eventuais readequações com vistas a garantir resultados significativos em relação às dimensões institucionais seguintes:

- a. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- b. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e das atividades de extensão;
- c. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- d. A comunicação com a sociedade;
- e. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- f. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- g. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- h. Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- i. Políticas de atendimento aos estudantes;.
- j. Sustentabilidade financeira.

Trata-se das dimensões estabelecidas pela Lei nº 10.861/2004, as quais devem tornar-se foco da avaliação institucional, garantindo simultaneamente a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especificidade de cada instituição.

4. PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS

Em relação aos procedimentos de avaliação institucional, as orientações provindas do SINAES sugerem a aplicação combinada de instrumentos quantitativos e qualitativos; ações articuladas e complementares da avaliação interna e externa, assegurando “plena liberdade de expressão e comprometimento com a busca do rigor e da justiça”. Destaca-se também a importância de se motivar a ampla participação da comunidade acadêmica e da comunidade externa nesse processo avaliativo.

Mantendo-se a cultura de participação da comunidade acadêmica da UNESC, o SEAI e a CPA utilizam uma metodologia participativa, favorecendo o envolvimento dos segmentos que a compõem: gestores, docentes, técnico-administrativos e discentes. Isto significa que será assegurada a participação desses representantes no processo avaliativo, tanto no levantamento de dados, quanto nas discussões dos resultados obtidos pela Autoavaliação Institucional, tendo em vista a tomada de decisões nos vários setores universitários, de modo a “garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão.” (MEC/CONAES, 2004, p.10)

Assim, sem perder de vista a autonomia da universidade e sua cultura institucional, a avaliação continuará tendo como referência o roteiro básico proposto pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, a legislação e orientações existentes em nível de CEE/SC, adequando-as às estruturas acadêmico-administrativas da UNESC em atendimento às suas reais necessidades. Isso por entender que suas orientações federais e estaduais vêm ao encontro da concepção e dos objetivos traçados pela experiência de avaliação já vivenciadas na UNESC há mais de uma década.

Com base nessas experiências construídas, a devolução e socialização dos resultados são efetuadas por meio de relatórios impressos, meios eletrônicos, jornal da avaliação institucional, cadernos, reuniões, fóruns, colegiados servindo de suporte para reavaliar os planejamentos institucionais e setoriais.

Considerando os objetivos e objetos propostos nesse projeto, serão desenvolvidos múltiplos instrumentos e formas de avaliação mediante participação de gestores, discentes, docentes, técnico-administrativos, egressos e representantes da

comunidade externa. Dentre todas as possibilidades de obtermos dados confiáveis e de perpassados pela ética, destacaremos os seguintes procedimentos:

- **Análise documental** envolvendo os documentos oficiais sejam eles institucionais ou dos setores, tais como: regulamentos, regimentos, planejamentos dentre outros.
- **Questionários** e/ou entrevistas utilizando várias mídias ou técnicas: face-a-face ou manuscrito, telefone, internet/intranet (Portal da UNESCO ou do SEAI, dados secundários, e-mails, Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA) dentre outros.

Alicerçados nos princípios de uma avaliação diagnóstica e participativa, necessário se faz refletir sobre os principais indicadores que servirão de suporte para definição de procedimentos e de critérios de qualidade aos aspectos a serem avaliados.

4.1 Indicadores e critérios de qualidade

Entende-se por indicadores os marcos sinalizadores que caracterizam a realidade do presente e/ou indicam uma direção conscientemente desejada, ou seja, um conjunto de coordenadas que possibilitam diagnosticar e planejar uma ação cujo roteiro integre necessariamente objetivos pedagógicos, missão institucional e ideal de sociedade. Em termos mais específicos, indicar significa sinalizar, apontar, revelar, orientar o caminho. Indicador de qualidade na educação superior nos remete, pois, à idéia de uma trajetória a seguir, tendo em vista o horizonte em que se pretende chegar – Missão institucional.

A utilização de indicadores no processo de Avaliação Institucional torna-se, pois, imprescindível quando entendidos dentro dessas características acima descritas podendo ainda, serem definidos como...

[...] evidências concretas de um atributo que caracterizam a realidade de determinado aspecto institucional. Do ponto de vista da regulação, denotam a presença (em diferentes graus) de elementos básicos ou mínimos para a sua existência e funcionamento. Mas, do ponto de vista da avaliação devem permitir

a apreciação do nível ou qualidade da ação desenvolvida tendo em vista os referentes estabelecidos. (MEC. 2006, p. 23)

Com relação aos critérios de avaliação, são aqui entendidos como parâmetros que servem de base para a apreciação ou valorização de um indicador. Nesse sentido, e concordando com as diretrizes da CONAES, devemos lembrar que tanto os indicadores, quanto os critérios de avaliação não devem ser tomados ou entendidos como inflexíveis. Isso porque qualquer objeto educacional, ao ser avaliado insere-se em um “mundo de juízos de valor muitas vezes conflitantes, o que exige dos avaliadores, uma análise equilibrada, sensata e voltada para o reconhecimento da identidade institucional”. (MEC. 2006, p. 39)

4.1.1 Indicadores Básicos

Tendo como suporte as orientações previstas em documentos do MEC e do CEE/SC, ao mesmo tempo, contemplando as necessidades regionais, institucionais e setoriais, constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e/ou apontadas no relatório de autoavaliação de 2009, foram estabelecidos os indicadores básicos para a autoavaliação do UNESC. A partir de então, todos os procedimentos e/ou instrumentos de Autoavaliação da UNESC serão elaborados/reelaborados de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos.

- Implementação do PDI*, considerando as metas e as ações institucionais previstas e estrutura e os procedimentos administrativos.
- Articulação entre o PDI* e os processos de avaliação institucional
- Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais.
- Políticas institucionais para cursos de graduação, seqüenciais e de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) na modalidade presencial e/ou a distância e suas formas de operacionalização.

- Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização.
- Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.
- Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais.
- Relações da Instituição com a sociedade: setor público, setor privado e mercado de trabalho.
- Relações da Instituição com a sociedade: inclusão social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais.
- Comunicação interna e externa.
- Funcionamento e organização da Ouvidoria.
- Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.
- Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.
- Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores, das Câmaras de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como dos colegiados de curso.
- Coerência Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.
- Coerência entre planejamentos e avaliação institucionais, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação que se encontram estabelecidos nas políticas institucionais.
- Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações.
- Condições institucionais de atendimento ao discente e sua coerência com as políticas institucionais

- Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos.
- Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.
- Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.
- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.
- Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Os dados ou informações levantadas durante o processo de avaliação certamente devem fornecer elementos confiáveis que atendam aos indicadores ou critérios de qualidade definidos e que, em conjunto integram cada dimensão institucional avaliada.

Na sequência será apresentado o cronograma de ações a serem desenvolvidas por meio dos procedimentos avaliativos, a fim de obtermos os dados necessários à autoavaliação institucional, bem como, os recursos necessários para a realização desse projeto.

5 CRONOGRAMA DAS AVALIAÇÕES INTERNAS

5.1 Cronograma da Coleta de Dados (aplicação dos instrumentos)

ANO 2011 - 1º Semestre	ANO 2011 - 2º Semestre	ANO 2012
<ul style="list-style-type: none"> • Egresso da Graduação • Extensão • Perfil do Corpo Docente • Perfil do Corpo Técnico-Administrativo • Pesquisa • Clinicas da Saúde Clima Organizacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura de apoio ao ensino (laboratórios, cantinas, Xerox, centac, audiovisual, biblioteca, etc...) • Ensino de Graduação • Sociedade Civil Organizada • Unidades Acadêmicas de Ensino • Dimensão 1(Gestão 	<ul style="list-style-type: none"> • Egresso da Graduação • Pós Graduação Stricto Sensu – Egresso (Saúde) • Estágio Supervisionado – Licenciatura • Cpae • Avaliação Institucional e Cpa

5.2 Cronograma de Elaboração do Relatório

Atividades	2010/1	2010/2	2011/1	2011/2	2012/1	2012/2
Divulgação e reflexão dos resultados obtidos no relatório de 2009	X	X				
Reelaboração do projeto de autoavaliação		X				
Revisão das orientações para os relatórios setoriais		X	X			
Reuniões com os gestores, visando o próximo relatório (entrega das orientações)			X	X		
Análise dos dados com base nas pesquisas avaliativas.			X	X	X	X
Elaboração do relatório final						X

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura, A função social da avaliação institucional, In: SOBRINHO, José Dias, RISTOFF, Dilvo, **Universidade Desconstruída**, 2000.

CAVALIERI, Adriane; MACEDO-SOARES, T. Diana L. v. A e THIOLENT, Michel. **Avaliando O Desempenho Da Universidade**, 2004.

HOFFMANN, Jussara. Princípios universais da avaliação mediadora. In ESTEBAN Maria Tereza, HOFFMANN, Jussara e SILVA, Jansen Felipe da (Orgs.). **Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas**. Porto Alegre, Mediação 2004

MEC/CONAES. **Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumento**. Brasília, DF, p. 23, 2006.

MEC/CONAES. **Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior**, Brasília, DF, 2004.

MEC/CONAES. **Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior**, p.10, 2004.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: Da concepção à regulamentação. Brasília, INEP, 2006.

SOBRINHO, José Dias e RISTOFF, Dilvo, **Universidade Desconstruída**, 2000, p.9

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro, **A avaliação institucional e a redefinição das estruturas e modelos das instituições de ensino superior do país**, In: Avaliação. Revista da Rede de Avaliação da Educação Superior. Campinas-SP: RAIES, v. 9, nº 3, set./2004.

SGUISSARDI, Valdemar. **Avaliação Universitária em Questão**: Reformas do Estado e da Educação Superior. Editora Autores Associados, 2006